

ESTRATÉGIAS PARA FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



20ª Edição, 3º Trimestre de 2004

Estratégia e Análise da Dívida PPME

Encontro do Comité Directivo do PFC PPME em Acra	2
2º Seminário Inter-Regional de Gestores da Dívida	3
Política de Novos Financiamentos Externos de Países da Zona do Franco CFA	5
Adicionalidade da Iniciativa PPME para a Bolívia	6
A Qualidade do Financiamento dos Doadores – Pareceres dos PPMEs	7
Progressos da Iniciativa PPME e dos DERPs: Julho de 2004	8
Actividades do PFC PPME de Abril a Setembro de 2004	10
Perguntas Técnicas sobre Alívio da Dívida	16

Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Capitais Privados Estrangeiros: Actualização do PFC	12
A Capacidade de CPE dos Países Avança	13
Uganda: um Ótimo Destino do Investimento em África	14
Capitais Privados Estrangeiros: Perguntas Frequentes	15

ENCONTRO DO COMITÉ DIRECTIVO DO PFC PPME EM ACRA

O PFC PPME realizou o seu 14º **Comité Directivo** a 17-19 de Maio em Acra, Gana, que contou com a **comparência de PPMEs (Bolívia, Camarões, Gana, São Tomé e Príncipe, e Tanzânia), parceiros de implementação e doadores. As discussões incidiram no seguinte:**

Avaliação dos Progressos Operados no Fortalecimento das Capacidades dos Países

Desde o encontro em La Paz em Novembro transacto, as capacidades de gestão da dívida dos Estados-Membros do PFC melhoraram de 2.94 para 2.97. A avaliação apresentada nestes encontros tinha beneficiado de uma validação maior do que é normal por parte dos países e dos parceiros, visto que tinha sido discutida face a face com gestores da dívida dos países no workshop inter-regional. A metodologia da avaliação também está a ser usada em todos os eventos do PFC em todas as regiões para avaliar o impacto de cada evento. Os participantes observaram que o aspecto mais difícil era continuar a melhorar os resultados dos países no grupo superior 'A'.

Planos Estratégicos

Com base nas avaliações e numa análise pormenorizada das necessidades dos países, os parceiros de implementação apresentaram planos estratégicos actualizados que indicam de que forma alcançariam os objectivos do MQL (Método do Quadro Lógico) do PFC. Os PPMEs discutiram os seus próprios planos para fortalecer as estruturas e estratégias de gestão da dívida. Os doadores fizeram perguntas pormenorizadas sobre os planos para países e regiões individuais, perguntando especialmente se seria realista alcançar os objectivos do MQL até ao fim de 2004.

Também frisaram a necessidade de incidir na **política de novos financiamentos**, para impedir os países de se endividarem excessivamente após PPME, através do estabelecimento de comités de estratégia de financiamento ligados a DERPs e *plafonds* de endividamento globais estabelecidos de forma transparente, incluindo parlamentos e a sociedade civil.

O encontro também foi informado dos progressos operados num **Instituto PALOP**, para ministrar formação abrangente aos PALOPs em língua portuguesa. Os Governos PALOP tinham ultimado um documento de projecto, tendo-se comprometido face a 20% dos custos e a acolher o Instituto.



14º Encontro do Comité Directivo PFC PPME

O documento está presentemente a ser apresentado aos doadores e às IFIs, prevendo-se o lançamento das operações do Instituto no início de 2005.

Governança e Advocacia

Os participantes concordaram que os acordos actuais deverão continuar até ao fim da fase 3. O MEFMI ofereceu-se para acolher os encontros do Comité Directivo no mês de Novembro. O encontro também discutiu a proposta norueguesa de um 'Grupo Consultivo de Gestão da Dívida': está a aguardar mais um documento que clarifique a participação, o financiamento e o resultado de valor acrescentado e preciso do encontro. Os parceiros foram exortados a organizar Encontros Ministeriais com outros organismos sempre que possível para reduzir o grau de absorção do tempo dos Ministros PPME.

Metodologia e Ensino à Distância

O encontro concordou que a metodologia do PFC PPME deverá continuar a ser actualizada para tomar em conta os aspectos pós-PPME, especificamente choques e novos financiamentos. A Bolívia, os Camarões e o Gana expressaram forte apoio aos empreendimentos do programa de ensino à distância.

Produtos de Informação

Os parceiros apresentaram um relatório de progressos e um plano estratégico. Estes indicaram que os produtos foram muito úteis para os PPMEs e forneceram um conjunto de directivas para continuar a descentralizar os produtos de informação. Ficou acordado que se deverá aguardar as constatações da revisão antes de se continuar a descentralização.

Relatório Financeiro

Este indicou que até Maio de 2004 os parceiros tinham gasto 67% do orçamento da fase 3 de \$14.9 milhões e que os gastos tinham acelerado em 2003-04. Os doadores e os PPMEs discutiram se era realista esperar que todos os fundos fossem gastos até ao fim de 2004.

Descentralização

Ficou acordado que as prioridades para uma descentralização até ao fim da fase 3 deverão constituir as actividades 'centrais' da formação regional e nacional. Os parceiros concertaram indicadores claros para a descentralização destas áreas centrais. A descentralização de outras áreas, tais como desenvolvimento da metodologia, produtos de informação, ensino à distância e advocacia, seria deixada para a revisão explorar.

Revisão

O Comité Directivo ouviu e teceu comentários a uma apresentação proferida pela equipa de revisão da fase 3 sobre a sua metodologia e questões-chave.

Prolongamento do Programa

Os doadores pediram aos parceiros para apresentarem uma recomendação sobre um prolongamento do programa após Dezembro de 2004. No 3º Dia, os parceiros acordaram que o programa deverá ser prolongado até Junho de 2005.

2º SEMINÁRIO INTER-REGIONAL DE GESTORES DA DÍVIDA

O 2º Seminário Inter-Regional de Gestores da Dívida foi organizado pelo WAIFEM, pelo Governo ganês e pela DRI em Acra, a 13-15 de Maio. Foi declarado aberto pelo Dr. Samuel Nii-Noi Ashong, Ministro de Estado e do Planeamento Económico e Finanças.

O seminário proporcionou aos gestores da dívida PPME uma oportunidade ímpar de trocar experiências sobre aspectos difíceis que têm impacto na sua gestão da dívida. Estes incluíram os progressos do PFC PPME, a capacidade de gestão da dívida PPME, ensinamentos de renegociações da dívida PPME, experiências da mobilização de novos financiamentos, gestão da carga da dívida interna e fiscal, aspectos actuais da Iniciativa PPME e sustentabilidade da dívida a longo prazo. Também discutiram os estudos planeados do PFC sobre melhores práticas em instituições de gestão da dívida, convergência macroeconómica e gestão da dívida, e análise da estratégia para não-PPMEs.

A *workshop* contou com a comparência de 77 gestores da dívida de 34 países e quadros dos organismos-parceiros do PFC (BCEAO/BEAC Pôle-Dette, CEMLA, DRI, MEFMI e WAIFEM), que chegaram às seguintes conclusões:

1. PROGRESSOS DO PFC PPME

Com base na auto-avaliação dos países, um número crescente de PPMEs tem desenvolvido capacidade independente para analisar e implementar estratégias da dívida, durante e após a Iniciativa PPME.

A descentralização do PFC para os organismos regionais (ORs) está a avançar rapidamente em relação a eventos de formação, missões, assistência institucional e produtos de informação, mas a coordenação das estruturas de governação e advocacia e do desenvolvimento da metodologia ainda é efectuada pela DRI.

A descentralização para PPMEs também está a avançar: um número crescente está a recorrer em grande medida a pessoas-recurso nacionais em *workshops* nacionais.

2. PRODUTOS DE INFORMAÇÃO/ ENSINO À DISTÂNCIA

A fase 3 cumpriu o objectivo de alargar os boletins informativos para permitir contribuições de todos os ORs e funcionários PPME, tornando o boletim um produto conjunto de todos os parceiros do PFC. Também aumentou a tiragem e a distribuição de boletins e publicações, mas poderia ir mais além para satisfazer os pedidos PPME.

O website do PFC foi desenvolvido de principalmente uma ferramenta de relações públicas na fase 2 para passar a incluir recursos técnicos de valor do PFC para formação e referência, perfis de países e contactos, e páginas para cada organismo-parceiro.

Porém, a transferência de responsabilidades pela produção de produtos de informação aos ORs não se realizou na íntegra.

O programa de ensino à distância do PFC está a

INQUÉRITO SOBRE PRODUTOS DE INFORMAÇÃO

No seminário inter-regional, solicitou-se aos participantes que actualizassem os seus pareceres sobre os produtos de informação produzidos pelo PFC. Estes expressaram mais uma vez o seu forte apoio aos produtos conjuntos do PFC como fontes de informação chave sobre a estratégia da dívida PPME.

Boletim Informativo

Dado que se convidou um grande número de novos participantes para o seminário, uma parcela mais elevada do que no ano passado (28 de 57 participantes) pediu para figurar na lista de distribuição do boletim. Os PPMEs também pediram mais artigos sobre os Progressos da Iniciativa PPME, Perguntas Técnicas sobre PPME e pormenores sobre actividades do PFC PPME, assim como artigos sobre experiências nacionais formuladas pelos próprios funcionários PPME – o que implica um boletim mais longo e mais pormenorizado. Neste contexto, **o PFC saúda sugestões para artigos de funcionários PPME para futuros boletins.**

Apesar do aumento da tiragem em resposta ao seminário do ano passado, os PPMEs também pediram 60 cópias adicionais para fazer face à procura.

Publicações

Mais uma vez devido ao novo público, 26 participantes (45.6%) pediram para figurar na lista de difusão para a recepção regular de publicações. Estavam mais interessados em receber publicações sobre a dívida interna, a dívida externa do sector privado e novos financiamentos. Também pediram que a tiragem das publicações fosse aumentada em pelo menos 100.

Website

Devido a maiores esforços de publicar o *website* em 2003-04, 28 participantes (49%) não o tinham visitado. Os recursos técnicos, as publicações e os boletins constituem os recursos mais usados. Porém, a maioria dos inquiridos que não tinha visitado o site informou que isto se devia ao facto de não saberem da sua existência, o que implica que é necessário enviar ainda mais esforços para divulgá-lo. De facto, na sequência da publicidade no *workshop* inter-regional, registaram-se 15 novos participantes para acesso ao *site* só membros.

decorrer com sucesso em 4 países-piloto (Bolívia, Camarões, Gana e Uganda), mas precisa de ligações formais mais estreitas com programas de formação individual dos parceiros.

3. INTRODUÇÃO À REVISÃO DA FASE 3

A 3ª fase do PFC PPME está a ser revista por ECORYS-NEI Research and Consulting para analisar os progressos operados e recomendar os próximos passos. ECORYS-NEI apresentou o seu *modus operandi*, incluindo leitura de literatura, visitas aos parceiros de implementação e a 5 PPMEs e o envio de questionários a uma vasta gama de partes interessadas. O estudo incidirá:

- na capacidade dos PPMEs para analisar e gerir a sua posição da dívida;
- na sua capacidade para negociar alívio da dívida com credores e com as IFIs;
- nas capacidades dos ORs;
- na rapidez com que as actividades essenciais do PFC podem ser descentralizadas;
- na sustentabilidade técnica e financeira dos PPMEs e na capacidade dos ORs.

4. AUTO-AVALIAÇÃO DOS PAÍSES

Os PPMEs efectuaram um controlo de qualidade das suas auto-avaliações da capacidade de gestão da dívida, com a assistência dos parceiros de implementação do PFC, e teceram comentários a aspectos-chave emergentes:

- o número de países classificados no Grupo A (nível alto de gestão da dívida) aumentou durante a fase 3 e os resultados de quase todos os países aumentaram de forma significativa;
- os países exortaram o PFC a acelerar os seus esforços para assistir em áreas (especialmente institucionais) que vão além da análise da estratégia da dívida e são importantes para a sustentabilidade da gestão da dívida.

5. NEGOCIAÇÃO DE ALÍVIO DA DÍVIDA AO ABRIGO DA INICIATIVA PPME Dívida bilateral

Os países ainda estão a experimentar dificuldades na negociação de condições comparáveis ao Clube de Paris, especialmente com a Rússia e com credores não-Clube de Paris. A incapacidade de negociar essas condições está a manter a sua dívida insustentável na realidade.

Os PPMEs experimentaram dificuldades nas negociações devido:

- a atrasos por parte dos credores em responder a correspondência;
- à falta por parte dos credores de capacidade adequada para conceber tratamento comparável;
- à falta por parte dos devedores de capacidade para avaliar se as propostas são comparáveis;
- a litígios relativos à acumulação de atrasados e juros penalizantes.

A comunidade internacional tem de enviar mais esforços para liquidar estas dívidas.

Dívida multilateral

Os gestores da dívida acentuaram que não há:

- consultas suficientes entre as instituições multilaterais e os PPMEs, ou circulação suficiente de



Cerimónia de Abertura do Seminário, da esquerda para a direita: S. Exa. Dr. Samuel Nii-Noi Ashong, Ministro Ganês de Estado e do Planeamento Económico e Finanças; Dr. Chris Itsede, Director-Geral do WAIFEM; e Patrick Empey, Equipa de Revisão do PFC PPME

informações pormenorizadas sobre exactamente a forma em que o alívio da dívida multilateral é implementado; e

- flexibilidade suficiente da parte destes credores ao concertarem contrapropostas dos PPMEs, especialmente sobre o desembolso antecipado do alívio do serviço da dívida.

Litígios

Os gestores da dívida estão preocupados com o número crescente de litígios por parte de credores comerciais e não-OCDE. Sublinharam a necessidade de tomar em conta:

- a situação específica de países credores sob sanções;
- o risco de os credores externos passarem para tribunais nacionais ou transformarem dívida externa em dívida interna com o fim de ganharem processos;
- o facto de as acções judiciais proliferarem, se um país se mostrar vulnerável a acordos à margem do tribunal ou a ameaças jurídicas;
- a necessidade de assegurar que os processos foram completamente ganhos ou abandonados e não podem ser reactivados após mudança de estatuto do credor; e
- o risco de corrupção de advogados e funcionários públicos e de fugas de informação dos Governos para os credores.

6. AVALIAÇÃO DE NOVOS FINANCIAMENTOS

Previsões e políticas de novos financiamentos

Os países em desenvolvimento, os doadores e as instituições internacionais precisam de melhores políticas e ferramentas analíticas para aumentar a mobilização de ajuda, especialmente:

- um exame mais minucioso dos efeitos macroeconómicos da ajuda (positivos e negativos), e especialmente dos limiares nacionais, a que este impacto pode tornar-se menos positivo;
- uma análise das razões para projecções de desembolso optimistas (por exemplo, datas de desembolso optimistas em sistemas de registo);
- mais estudo daquilo que determina as tendências de ajuda (para donativos ou ajuda a programas) de doadores individuais e a razão por que alguns são mais flexíveis;
- relatórios pormenorizados das experiências dos países de mudar a sua própria política e o comportamento dos doadores para apoiar a redução da pobreza; e

- uma análise das relações entre ajuda e fluxos de capitais privados.

Avaliação e estratégia de novos financiamentos

Esta sessão apresentou a metodologia do PFC PPME para avaliar os doadores com base em políticas e procedimentos, usando critérios objectivos, para atribuir poderes aos PPMEs para identificarem os doadores que fornecem o financiamento mais adequado para redução da pobreza. Também apresentou as constatações da análise até agora (ver artigo na página 7). Ficou acordado que:

- uma estratégia de novos financiamentos que vá além dos montantes e da concessionalidade é crucial para o futuro desenvolvimento, especialmente porque os PPMEs podem ter problemas de sustentabilidade da dívida após o ponto de culminação;
- os PPMEs têm de assegurar que os seus planos de desenvolvimento (DERP, MTEF), e não as iniciativas dos parceiros, passem a constituir a base da assistência. Alguns países já estão a fazer isso, ao estabelecerem mecanismos de avaliação dos doadores e grupos de coordenação;
- os doadores precisam de acelerar a harmonização por trás das políticas e dos procedimentos dos Governos, visto que a miríade de procedimentos dos doadores impõe cargas onerosas a funcionários PPME;
- a tendência para apoio ao orçamento e harmonização através de programas de apoio ao orçamento de multidoadores é positiva, mas também corre o risco de condicionalidade cruzada e volatilidade da ajuda excessivas;
- os países precisam de ser claros relativamente a potenciais trade-offs entre procurar os fundos mais concessionais (para manter a dívida a um nível baixo) e perder fundos de alguns credores;
- um objectivo-chave de uma estratégia de novos financiamentos é proporcionar aos funcionários públicos espaço para rejeitarem pressões no sentido de financiamento inadequado.

7. CARGAS DAS DÍVIDAS FISCAL E INTERNA PPME

Foi apresentado um esboço do estudo PFC sobre a sustentabilidade fiscal da dívida, que incide sobretudo em indicadores relacionados com o orçamento ligados a receitas fiscais. Os gestores da dívida PPME:

- saudaram o estudo da sustentabilidade fiscal e aprovaram a primazia de rácios relacionados com receitas fiscais;
- trocaram as suas experiências em assuntos da dívida interna, acentuando que a dívida não-titularizada era vital (a reforma de pensões na Bolívia e os atrasados a fornecedores na Serra Leoa);
- sugeriram a necessidade de tomar em conta indicadores mais pormenorizados relacionados com sub-componentes do Governo (estatatais, paraestatatais); e
- sugeriram que se examinasse como determinar uma mistura de financiamento optimizada (entre financiamento externo e interno).

8. ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES, CONVERGÊNCIA E ESTRATÉGIA NÃO-PPME

Os gestores da dívida apresentaram e aprovaram os

esboços e planos de trabalho para três outros estudos e ofereceram-se para participar em estudos de casos.

9. ASPECTOS CORRENTES DA INICIATIVA PPME

- Os PPMEs discutiram a recente controvérsia sobre o topping up e foram informados dos mais recentes desenvolvimentos. Concordaram que o topping up no ponto de culminação deverá certamente compensar todos os choques exógenos, incluindo mudanças nas taxas de câmbio e de juro.
- Também sublinharam as severas consequências negativas associadas a atrasos nos países que alcançam o ponto de culminação, especificamente que os PPMEs esgotam o alívio do período interino, o que resulta num grande aumento dos pagamentos do serviço da dívida. Acentuaram que, de um ponto de vista PPME, estes atrasos reflectiam uma condicionalidade inflexível.

10. UMA VIA PARA A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA A LONGO PRAZO

Os gestores da dívida PPME foram informados sobre o documento conjunto mais recente das IBWs que desenvolve um quadro operacional para avaliações da sustentabilidade da dívida pós-PPME a longo prazo em países de baixos rendimentos. Este assenta:

- em limiares indicativos da carga da dívida externa específicos de um país que dependem da qualidade das políticas e das instituições do país;
- numa análise e numa interpretação cuidadosa e em indicadores efectivos e projectados da carga da dívida ao abrigo de um cenário de base e de choques plausíveis.

Os PPMEs saúdam o documento como um parecer sobre a sustentabilidade da dívida de espírito mais aberto do que o paradigma PPME, especialmente por propor o uso de indicadores múltiplos para PPMEs pós-ponto de culminação ou não-PPMEs de baixos rendimentos (VA/stock e VA/serviço comparado com PIB/exportações e PIB/receitas orçamentais). Contudo, insistem que o indicador primário deverá ser serviço da dívida comparado com receitas orçamentais. Também observam que o documento recomenda uma combinação estranha de prescrição (de vínculos de políticas) e um julgamento vago noutras áreas. Em particular, os testes de sensibilidade a choques não são suficientes: preferem que se incluam choques previsíveis em projecções de base. Além disso, o quadro precisa de indicadores mais objectivos da dívida interna e do sector privado, que são cargas crescentes para a maioria dos PPMEs, e da gestão da dívida e de novos financiamentos, com o fim de permitir aos PPMEs financiar os ODMs sem uma dívida insustentável.



Saodatou de Medeiros-Dine (Benin) and Fatouma Allaoui Saïd (Comoros)

POLÍTICA DE NOVOS FINANCIAMENTOS EXTERNOS DE PAÍSES DA ZONA DO FRANCO CFA



Uma vez que um país tenha alcançado o ponto de culminação da iniciativa PPME, o que em princípio significa que a sua dívida externa passou mais uma vez a ser sustentável de acordo com os critérios desta iniciativa, o que se deverá fazer para assegurar que esta nova sustentabilidade – que custa tanto conseguir – não se altere? Para além de esforços com vista à promoção de uma gestão macroeconómica rigorosa e de uma governação sólida, uma das melhores formas de manter uma sustentabilidade duradoura da dívida pública reside na política de mobilização de novos financiamentos, quer externos quer internos.

Até à data, cinco países da Zona do Franco CFA alcançaram o ponto de culminação PPME II. Estes são:

- Burkina Faso, em Abril de 2002;
- Mali, em Março de 2003;
- Benim, em Março de 2003;
- Níger, em Abril de 2004; e
- Senegal, em Abril de 2004.

Constrangimentos específicos de um país, centrados principalmente no facto de as políticas e práticas dos doadores serem ou não bem monitorizadas, assim como procedimentos administrativos complicados, influenciam e diferenciam os perfis de desembolso de financiamentos externos. Porém, uma análise das políticas de novos financiamentos externos dos países revela muitas semelhanças, que são justificadas pelo facto de estes países pertencerem à mesma zona económica, a UEMOA, estarem sujeitos aos mesmos critérios de convergência económica, terem baixos rendimentos e serem muito dependentes de exportações dirigidas por um produto único.

ORIENTAÇÕES ACTUAIS DA MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

A falta de poupanças internas e um mercado financeiro limitado obrigam os países, mesmo após o ponto de culminação, a continuar a favorecer a mobilização de recursos externos para financiarem o seu desenvolvimento. No entanto, estão a surgir mudanças

importantes em comparação com práticas anteriores que criaram o ambiente favorável ao endividamento. Em contraste com o passado, a prática corrente de facto confirma a vontade de implementar políticas de endividamento mais prudentes e ponderadas, que dispensam maior consideração às fontes, às condições e aos riscos associados com novos financiamentos, e que asseguram a existência de uma necessidade claramente definida e identificada. Esta nova orientação reflecte-se em duas abordagens, uma das quais representa uma escolha estratégica e a outra uma escolha política.

MOBILIZAÇÃO DE NOVOS FINANCIAMENTOS EXTERNOS: A ESCOLHA ESTRATÉGICA

Cientes do baixo nível das suas receitas e da necessidade extrema de combater a pobreza, os países fizeram a escolha estratégica para favorecer a mobilização de financiamentos externos que não geram dívida, tais como o investimento directo ou donativos. Nos casos em que estes países se sentem obrigados a procurar empréstimos externos, a sua prioridade continua a ser a mobilização de financiamento concessional. Para este efeito, o Mali mobilizou donativos que representam 69% do seu financiamento externo, de 1999 a 2003. Para a parte restante, o Mali procurou empréstimos externos com um nível bastante elevado de elemento de donativo. O Benim e o Níger, por outro lado, optaram por empréstimos com um elemento de donativo superior a 35% e 50% respectivamente. Além disso, devido ao seu baixo nível de receitas, a maioria dos países está sujeita à AID e, de acordo com a condicionalidade do FMI, estes países só poderão contrair empréstimos com um grau de concessionalidade igual a pelo menos 35%. Esta condicionalidade força estes países a favorecer fontes de financiamento multilaterais e a recorrer apenas a fontes bilaterais como uma medida secundária. Praticamente nenhum país PPME da Zona do Franco CFA contrai empréstimos comerciais.

MOBILIZAÇÃO DE NOVOS FINANCIAMENTOS EXTERNOS: A ESCOLHA POLÍTICA

Com o fim de evitar o endividamento incontrolado, mais e mais países decidiram pôr em vigor estruturas para coordenar a sua gestão da dívida com as suas políticas macroeconómicas. Esta coordenação é implementada no âmbito da iniciativa de comités nacionais da dívida pública. Esta

escolha acarreta muitas implicações, em particular:

- *o desejo de colocar um plafond mais racional aos recursos a mobilizar em forma de empréstimos*: uma das funções dos comités da dívida pública é fixar plafonds anuais da dívida com base numa análise da viabilidade a médio prazo das finanças públicas e da sustentabilidade da dívida pública a longo prazo;
- *a centralização do poder para comprometer financeiramente o Estado, de modo que esta decisão de compromisso fique nas mãos de um órgão governamental único*: em vários países as negociações para financiamento são realizadas pelo Ministério do Plano e/ou Ministério das Finanças, embora seja o Ministério das Finanças que assine contratos de novos empréstimos. Com a implementação de comités nacionais da dívida pública, as decisões estão a tornar-se mais participativas e incluem aspectos multi-disciplinares e multi-sectorais;
- *a afectação prioritária de recursos para sectores orientados para o crescimento e para a luta contra a pobreza*: os comités da dívida pública contam com o apoio de equipas técnicas responsáveis pela análise do impacto real do financiamento no desenvolvimento e na sustentabilidade da dívida. Consultas sobre como usar os novos financiamentos garantem a relevância e a rentabilidade económica dos projectos e permitem uma melhor orientação da afectação de recursos;
- *um reconhecimento mais enraizado das normas internacionais de gestão da dívida*: o empreendimento sistemático de Análises da Sustentabilidade da Dívida Pública permite aos países redefinirem o objectivo principal da gestão da dívida pública, ou seja satisfazer as necessidades de financiamento do Governo e as suas obrigações de amortizar ao custo mais baixo possível, mantendo ao mesmo tempo o risco a um nível prudente. Esta redefinição está em contraste com as atitudes anteriores, que colocam maior ênfase na mobilização de recursos e no serviço da dívida.



ADICIONALIDADE DA INICIATIVA PPME PARA A BOLÍVIA¹

A BOLÍVIA E PPME I

O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceram a Iniciativa PPME em 1996, com o fim de reduzir a níveis 'sustentáveis' a dívida externa dos países pobres muito endividados.

A Bolívia alcançou o ponto de decisão, ao abrigo de PPME I, em Setembro de 1997, e o ponto de culminação em Setembro de 1998. A partir desta última data, a comunidade financeira internacional começou a implementar os diferentes mecanismos para o alívio comprometido, que ascendia a aproximadamente US\$448 milhões em termos do VAL (US\$760 milhões em termos nominais). É importante assinalar que no caso da Bolívia a implementação de políticas macroeconómicas adequadas e o grau de progressos nos programas de reforma estrutural permitiram reduzir a um ano o período de tempo entre o ponto de decisão e o ponto de culminação de PPME I.

O alívio comprometido à Bolívia ao abrigo da Iniciativa PPME I permitiu reduzir o VAL da dívida em fins de 1998 de US\$3,725 milhões a US\$2,895 milhões, equivalente a 213% das exportações de bens e serviços. Além disso, o Japão decidiu fornecer alívio excepcional à Bolívia para a dívida APD pré-data de corte, através de donativos para cobrir o serviço da dívida. Este foi efectivo durante dois anos apenas, devido ao facto de se ter anulado esta dívida ao abrigo de PPME II. Consequentemente, o alívio efectivo que a Bolívia obteve ao abrigo de PPME I foi de US\$476 milhões em termos do VAL (aproximadamente US\$788 milhões em termos nominais).

A BOLÍVIA E PPME II

Em Fevereiro de 2000, a Bolívia alcançou o ponto de decisão ao abrigo da Iniciativa PPME, e em Junho de 2001, o ponto de culminação. O alívio estimado ao abrigo da Iniciativa PPME II é de US\$1.188 milhões em termos do VAL, o que equivale a aproximadamente US\$1.776 milhões em termos nominais.

Por outro lado, a 'Iniciativa de Colónia' recomendou que se fornecesse aos países PPME um alívio adicional ao concedido pelo Clube de Paris ao abrigo da Iniciativa PPME II, que consiste na anulação total da dívida bilateral. A Alemanha, os Estados Unidos, a Itália e o Japão anunciaram a sua intenção de fornecer este alívio à Bolívia. A França e a Espanha também estão a fornecer alívio parcial ao abrigo desta iniciativa (vencimentos

Desagregação	Média 92-97	Média 98-03	Diff 98-03 e 92-97
1. Donativos (não-PPME)	223.1	199.3	-23.8
2. Empréstimos concessionais externos líquidos ao sector público	146.8	182.4	35.6
3. Alívio PPME	0.0	87.3	87.3
4. Alívio 'Pós-PPME'	0.0	13.8	13.8
5. Financiamento excepcional	168.0	69.2	-98.9
B. Assistência concessional excl. PPME (1+2+5)	537.9	450.9	-87.0
C. Assistência concessional incl. PPME (1+2+3+4+5)	537.9	551.9	14.0

de alguns anos). Esta iniciativa é conhecida por 'Pós-PPME'.

PRINCÍPIO DE ADICIONALIDADE PPME

De acordo com o BM e o FMI, um princípio fundamental da Iniciativa PPME é que as medidas de novos financiamentos para o desenvolvimento (empréstimos em condições concessionais) e a transferência de recursos (donativos) sejam **adicionais** e disponíveis para além do alívio PPME. Cabe aos credores e doadores a responsabilidade de assegurarem que os seus Governos cumpram os seus compromissos neste sentido.

Por isso, para que a Iniciativa PPME cumpra os seus objectivos, frisou-se que esta deveria representar um financiamento adicional líquido, para assegurar que qualquer aumento das afectações para a Iniciativa PPME não fosse em detrimento dos fluxos de ajuda existentes. Este é o princípio de **adicionalidade**.

Neste mesmo sentido, o Comité para o Desenvolvimento do BM e do FMI, no seu comunicado de Abril de 1999, confirmou que os novos financiamentos para os países PPME deveriam ser em forma de donativos ou em condições muito concessionais.

ADICIONALIDADE PPME NO CASO DA BOLÍVIA

Para analisar a 'adicionalidade' PPME no caso da Bolívia, fez-se uma comparação entre os indicadores da assistência concessional externa que a Bolívia recebeu nos seis anos anteriores a PPME (período pré-PPME, 1992-1997) e os indicadores para os seis anos depois de alcançar o ponto de culminação ao abrigo da Iniciativa PPME I (período PPME, 1998-2003).

A assistência concessional será medida através da soma de donativos não-PPME, mais o financiamento concessional líquido (desembolsos menos reembolsos concessionais), mais o alívio PPME e o alívio 'pós-PPME', mais o financiamento excepcional³.

Assim, a Tabela 1 mostra a média da assistência concessional externa à Bolívia em milhões de US dólares para os dois períodos analisados. Pode-se ver que no período pré-PPME se recebeu uma assistência concessional de US\$537.9 milhões. No período PPME, recebeu-se em média US\$14 milhões anuais mais em assistência concessional do que no período pré-PPME (US\$551.9 milhões). Isto significaria que, **no caso da Bolívia, haveria uma adicionalidade média de US\$14 milhões por ano**. No entanto, se não se tivesse recebido alívio PPME, então a assistência concessional anual média teria sido menos US\$87 milhões no

Desagregação	Average 92-97	Average 98-03	Diff 98-03 & 92-97
1. Donativos (não-PPME)	3.5%	2.5%	-1.0%
2. Empréstimos concessionais externos líquidos ao sector público	2.2%	2.3%	0.0%
3. Alívio PPME	0.0%	1.1%	1.1%
4. Alívio 'Pós-PPME'	0.0%	0.2%	0.2%
5. Financiamento excepcional	2.7%	0.8%	-1.8%
B. Assistência concessional excl. PPME (1+2+5)	8.4%	5.5%	-2.9%
C. Assistência concessional incl. PPME (1+2+3+4+5)	8.4%	6.8%	-1.6%

continua na página 16

¹ Elaborado por Carlos Ernesto Gonzáles Rocabado, Banco Central da Bolívia.

² 'O Desafio de Manter a Sustentabilidade da Dívida Externa a Longo Prazo'. Comité para o Desenvolvimento (Comité Conjunto dos Conselhos de Governadores do Banco e do Fundo para a Transferência de Recursos Reais para os Países em Desenvolvimento), 17 de Abril de 2001.

³ O financiamento excepcional corresponde ao alívio que a Bolívia recebeu do Clube de Paris para reestruturação da dívida antes do período PPME (alívio tradicional), mais o fluxo de atrasados e pagamentos excepcionais. O alívio tradicional corresponde ao alívio estimado no documento do ponto de culminação para a Bolívia ao abrigo da Iniciativa PPME Original.

A QUALIDADE DO FINANCIAMENTO DOS DOADORES – PARECERES DOS PPMEs

Há dois anos o PFC PPME introduziu a sua metodologia para conceber estratégias de novos financiamentos. Uma componente-chave desta metodologia é a análise das políticas e dos procedimentos dos doadores e credores para ajudar os países PPME a identificar as 'melhores' fontes de financiamento externo para financiar os seus programas de redução da pobreza e de desenvolvimento económico, e como melhorar a qualidade de todo o seu financiamento externo.

Tradicionalmente as políticas de novos financiamentos dos Governos PPME têm incidido na concessionalidade dos fundos fornecidos conforme medidos pelo elemento de donativo, conferindo-se prioridade a donativos sempre que possível, e no montante de recursos que cada doador ou credor tem estado disposto a fornecer. Os tipos de assistência (a programas, projectos ou assistência técnica) e os sectores que recebem apoio dos fundos têm sido frequentemente dirigidos pelos doadores, e não orientados pelos Governos, ao mesmo tempo que os métodos e procedimentos de desembolsos e compras dos doadores e credores têm causado atrasos significativos na entrega dos recursos.

A metodologia do PFC toma em conta os factores quantitativos tradicionais, tais como a concessionalidade e o montante de fundos. Contudo, mais importante ainda, permite aos países avaliar os aspectos qualitativos das políticas de ajuda dos doadores e credores, que incluem tipo de assistência (a programas, projectos ou assistência técnica), previsibilidade e flexibilidade de recursos, condicionalidade dos fundos, apoio a sectores e projectos prioritários do DERP e se os fundos são canalizados através do orçamento do Governo PPME. Também lhes permite avaliar os procedimentos dos doadores/credores para desembolsos e compras, tais como o método de reembolso (pedidos de reembolso ou pagamentos directos em dinheiro a fornecedores estrangeiros ou ao Governo), o número e a complexidade dos procedimentos (incluindo requisitos correspondentes e ligação da assistência) e o grau de coordenação dos doadores e credores entre si e com o Governo, e o impacto que estes têm na entrega efectiva da ajuda.

Desenvolveu-se um conjunto de 23 critérios de avaliação, agrupados sob 12 cabeçalhos, com resultados de 1 (o mais baixo) a 5 (o mais alto),

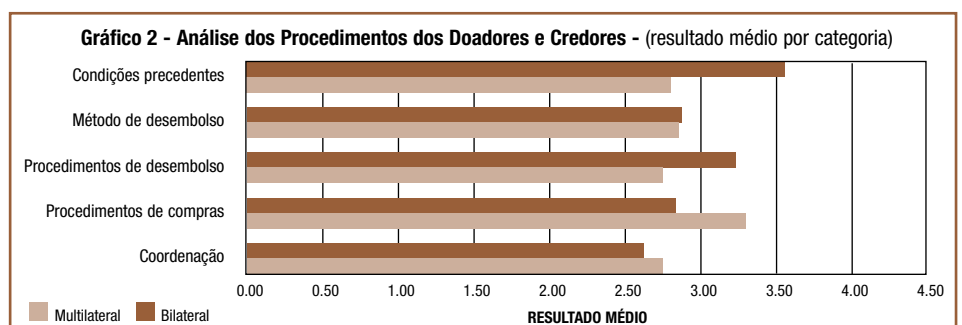
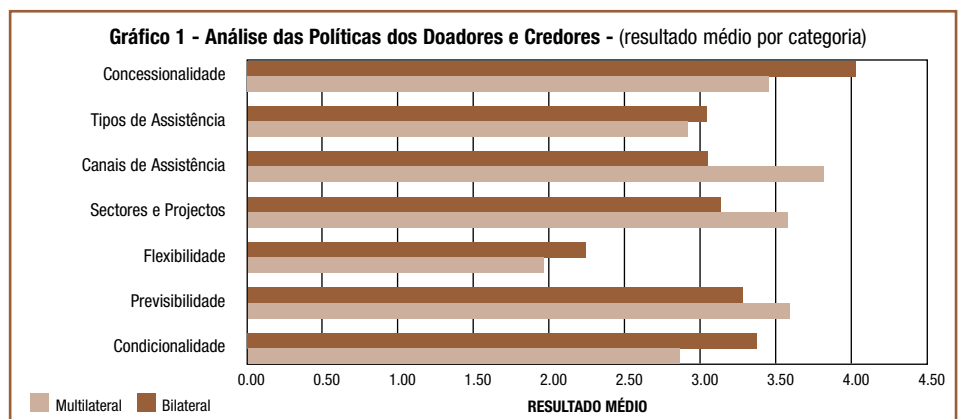
para permitir aos países avaliar a qualidade global dos recursos de cada doador e credor numa base objectiva e depois usar os resultados para prioritar as fontes de futuro novo financiamento dos doadores e credores, assim como para identificar áreas prioritárias em que a comunidade internacional como um todo precisa de acelerar os seus esforços para mudar as políticas e os procedimentos.

Os resultados da análise das políticas e dos procedimentos dos doadores e credores empreendida até à data, por onze países PPME, foram apresentados por categoria de credor no Workshop Inter-Regional do PFC em Acra no mês de Maio de 2004 (ver página 2). Em termos de políticas de doadores e credores, conforme se pode ver no gráfico 1, o aspecto mais problemático para os Governos PPME é a falta de flexibilidade de fundos, visto que muitos doadores e credores estão muito menos dispostos do que seria de desejar a fornecer apoio adicional ao orçamento ou à balança de pagamentos para enfrentar choques exógenos ou para mudar fundos para sectores prioritários do Governo. Uma condicionalidade excessiva dos fundos, o fornecimento de tipos de assistência piores, a

continuação de fundos canalizados para sectores e projectos não prioritários e a baixa previsibilidade dos fundos (incapacidade por parte dos doadores de desembolsar conforme prometido, de prometer financiamento plurianual ou de desembolsar em conformidade com os calendários orçamentais dos PPMEs) constituem outros aspectos muito importantes das políticas dos doadores e credores, que afectam a entrega eficiente e eficaz de recursos da ajuda aos PPMEs.

Fontes multilaterais de financiamento são de desejar a fontes bilaterais pelo facto de tenderem a ser canalizadas de forma mais fidedigna através de orçamentos para os sectores e projectos prioritários do Governo e serem mais previsíveis. Por outro lado, as fontes bilaterais têm mais concessionalidade, mais flexibilidade e menos condicionalidade.

Quanto aos procedimentos dos doadores e credores, a falta de coordenação de procedimentos entre os doadores causa a maior parte dos atrasos nos desembolsos de um modo geral, vindo os métodos de desembolso excessivamente complexos, tais como pedidos de reembolso, em segundo lugar. Os procedimentos



continua na página 16

PROGRESSOS DA INICIATIVA PPME E DOS DERP: JULHO DE 2004

Países	Datas PPME II		Datas DERP		Iniciativa PPME
	Decisão	Culminação	Interino	Final	Participação dos Credores
Angola	nenhum calendário actual		2004	...	ND
Benim	7/00	3/03	7/00	3/03	99%
Bolívia	2/00	6/01	2/00	6/01	95%
Burkina Faso	7/00	3/02	5/00	7/00	88%
Burundi	1T2005	...	1/04	1T2005	ND
Camarões	10/00	4Q2004	10/00	7/03	98%
Chade	5/01	4T2004	7/00	7/03	93%
Comores	2004	...	4T2004	...	ND
Congo, Rep.	2004	...	3T2004	...	ND
Congo, Rep. Dem.	7/03	3T2006	6/02	3T2005	ND
Costa do Marfim	2004	...	3/02	...	ND
Etiópia	11/01	4/04	3/01	9/02	91%
Gâmbia	12/00	4T2005	12/00	7/02	81%
Gana	2/02	7/04	8/00	4/03	90%
Guiana	11/00	12/03	11/00	9/02	81%
Guiné	12/00	3T2005	12/00	7/02	85%
Guiné-Bissau	12/00	3T2005	12/00	2004	81%
Honduras	7/00	1T2005	7/00	10/01	93%
Iémen	6/00	...	2/01	8/02	ND
Laos	nenhum calendário actual		4/01	2T2004	ND
Libéria	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Madagáscar	12/00	3T2004	12/00	10/03	91%
Malawi	12/00	4T2004	12/00	8/02	97%
Mali	9/00	3/03	9/00	3/03	94%
Mauritânia	2/00	6/02	ND	1/01	80%
Moçambique	4/00	9/01	4/00	9/01	88%
Myanmar	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Nicarágua	12/00	1/04	12/00	9/01	86%
Níger	12/00	4/04	12/00	2/02	81%
Quênia	ASD Nov. 2003		8/00	2004	ND
Rep. Centro-Africana	1/01	4T2004	ND
Ruanda	12/00	4T2004	12/00	8/02	95%
São Tomé e Príncipe	12/00	4T2005	4/00	2T2004	85%
Senegal	6/00	4/04	6/00	12/02	79%
Serra Leoa	3/02	2T2005	9/01	2T2004	84%
Somália	nenhum calendário actual		nenhum processo DERP		ND
Sudão	nenhum calendário actual		2004	...	ND
Tanzânia	4/00	11/01	3/00	12/00	90%
Togo	ND
Uganda	2/00	5/00	ND	5/00	96%
Vietname	ASD 2002		4/01	6/02	ND
Zâmbia	12/00	1T2005	7/00	5/02	97%

As datas para os pontos de decisão e de culminação PPME e para os DERP são as da aprovação final dos Conselhos Executivos das IBWs. A maioria dos Governos publicou DERP's vários meses antes da aprovação por parte das IBWs.

O Gana alcançou o Ponto de Culminação PPME no início de Julho de 2004. Se todos os credores fornecerem o alívio esperado, a dívida externa do país será reduzida de US\$5 mil milhões para US\$2.4 mil milhões.

Aspectos-Chave do Alívio da Dívida e de Novos Financiamentos	Aspectos Macroeconómicos Chave de Redução da Pobreza
A ASD do PFC PPME mostra rácios inferiores aos limiares PPME	Discussões para novo PMF em curso
A maioria dos credores fornece alívio, insustentável devido a novos financiamentos	No trilho com o PRGF
Dívida insustentável após novos financiamentos; choque nas exportações; carga fiscal da dívida onerosa	Relatório de progressos DERP finalizado e revisto; acordo standby de 2003 prolongado até Dezembro de 2004
Primeiro a receber alívio adicional no PC, grandes novos financiamentos permitidos	Revisão do PRGF aprovada em Abril de 2004. DERP no trilho: 5º CARP revisto e adoptado pelo Parlamento em Junho de 2004
Fundos dos doadores para liquidar atrasados multilaterais. Reescalamento de Nápoles do Clube de Paris em Março de 2004	PRGF acordado e DERP-I aprovado, ambos em Janeiro de 2004
79% de recompras da AID da dívida comercial, 2 processos, período de consolidação do Clube de Paris prolongado até Dezembro de 2004	Arranjo PRGF prolongado até Dezembro de 2004. Relatório de progressos DERP para breve
10 credores não-Clube de Paris não fornecem alívio, atraso do PC	PRGF expirou em Janeiro de 2004. Critério de desempenho estrutural pendente
Carga da dívida elevada, planeia ASD própria em breve. Calendário PPME incerto	Novo PMF possível em 2004, seguido de PRGF para 2005
Empréstimos comerciais garantidos pelo petróleo, PD requer performance	PMF satisfatório, negociações do PRGF em curso. DERP a ser reformulado
O FMI concede assistência interina adicional de US\$1.7m (Julho de 04)	4ª revisão do PRGF de 2002 concluída. DERP completo previsto para 2005
PD atrasado devido a conflito civil. O Banco Mundial suspendeu os desembolsos	Conflito civil atrasa PRGF e DERP final
Topping up no PC de \$707m para compensar mudanças nas taxas de câmbio e TJCR	Bom desempenho do PRGF, apesar de choques exógenos
O alívio interino do FMI caducou, 2ª tranche do alívio do Clube de Paris não implementada	PRGF fora do trilho. Apoio dos doadores ao orçamento suspenso
Participação de alguns credores não-Clube de Paris e credores comerciais continua a constituir um problema	Estabelecido programa de muitos doadores de apoio ao orçamento. Relatório de progressos do DERP ultimado e avaliação dos quadros das IBWs publicada em Junho de 2004
PC alcançado; condições de Colónia do CP acordadas; processo comercial retirado	Relatório de progressos DERP aprovado
Alívio interino do FMI, BAD, Clube de Paris suspenso	PMF deverá ter início no 2T2004, novo PRGF em 2005. Relatório de progressos DERP previsto para breve
O FMI e o Clube de Paris suspenderam o alívio	Plano de Gestão Económica de Emergência apoiado pelos doadores/pela UEMOA aprovado
O alívio interino expirou. O Clube de Paris deverá reescalonar os atrasados e o serviço vencido. Sustentabilidade da dívida prevista no PC	Novo relatório de progressos do PRGF e do DERP acordado em Fevereiro de 2004
Rácios inferiores aos limiares PPME, portanto tratamento de stock de Nápoles do Clube de Paris	PRGF no trilho
Acordo celebrado com a Rússia. Elegibilidade PPME incerta	3ª revisão do PRGF concluída. DERP completo a ser brevemente ultimado
Stock da dívida estimado em \$3 mil milhões (600% do PIB), quase todo em atrasados	Apoio dos doadores para reconstrução. Solicitada liquidação de atrasados
Nenhum alívio dos credores não-Clube de Paris, excepto China e Kuwait	No trilho com o PRGF. Relatório dos progressos do DERP previsto para breve
Alívio interino do FMI retomado e acordo do Clube de Paris em vigor em Novembro 2003	Revisão do PRGF/relatório de progressos do DERP aprovados em Outubro de 2003, choque devido a seca atrasa PRGF. Trabalho com o novo orçamento para começar. PC atrasado
Dificuldades com credores comerciais, não-CP	1º relatório de progressos do DERP ultimado e avaliação dos quadros das IBWs publicada em Maio de 04. Choques devido a seca e à Costa do Marfim
Nenhum alívio de alguns credores não-Clube de Paris (Argélia, Kuwait, FKDEA)	Novo PRGF aprovado em Julho. Relatório de progressos do DERP previsto para breve
Problemas/processo não-Clube de Paris mantêm a dívida insustentável	No trilho com o DERP. Novo PRGF trienal aprovado em Julho de 2004
Nenhum crédito do BM desde 1987. Provavelmente insustentável	Nenhum programa do FMI desde 1981-82
PC alcançado em Janeiro de 2004	2º relatório de progressos DERP ultimado. PRGF a ser implementado
Topping up no PC de \$142.5m para novos financiamentos imprevistos, mudanças nas taxas de câmbio e TJCR. Taiwan ganha processo	PRGF prolongado até Junho de 2004. Impacto negativo devido a crise na Costa do Marfim
A ASD mostra rácios inferiores aos limiares PPME. Alívio em condições de Houston do CP	Novo PRGF assinado em Nov. de 2003. DERP completo 2004
Instabilidade política adia calendário PPME, acumulação de atrasados multilaterais	Re-ligação com as IBWs e os doadores em discussão
O FMI concede assistência interina adicional de US\$6.6m em Junho de 04. Será insustentável no Ponto de Culminação. China, Líbia, Arábia Saudita e Abu Dhabi nenhum alívio	Relatório de progressos DERP concluído. Chegou-se a um entendimento relativamente a políticas para 2004
Alívio interino do Clube de Paris apenas Nápoles, problemas não-CP, atraso do PC	Negociações para novo PRGF até à próxima missão do FMI
PC alcançado. Acordo do stock de Colónia assinado com o Clube de Paris	On track with new PRGF agreed in Abril 2003
Marrocos deverá anular a dívida. Processos comerciais da ordem dos US\$35m	PRGF no trilho, DERP agora esperado em meados de 2004
A acumular grandes atrasados a credores	Nenhum programa actual do FMI devido a falta de um Governo reconhecido
Possível grupo de apoio dos doadores deverá liquidar atrasados multilaterais	Conversações para a paz conduzem a início de preparação do DERP-I. PMF no trilho
Problemas com credores não-Clube de Paris e comerciais	1ª revisão do PRGF aprovada em Fev. 2004. Preços baixos de exportação de café
Nenhuma perspectiva actual de alívio da dívida	Ligação não foi retomada após eleições de Junho de 2003
Poderá ser insustentável agora. Processos de credores não-Clube de Paris/comerciais	Segunda revisão do PRGF aprovada em Dezembro 2003. Revisão do DERP prevista para breve
Relatório do Conselho sobre elegibilidade PPME previsto para breve	PRGF no trilho
O alívio interino do FMI expirou em fins de 2003. A Índia anulou toda a dívida APD	PRGF acordado em Junho de 2004. PC adiado

ACTIVIDADES DO PFC PPME DE ABRIL A SETEMBRO DE 2004

DURANTE OS MESES DE ABRIL A JUNHO O PFC PPME ORGANIZOU OS SEGUINTE EVENTOS:

MISSÕES DE ASSISTÊNCIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Burkina Faso e Mali. O Pôle-Dette e a DRI organizaram em conjunto missões de assistência institucional ao Burkina Faso de 12 a 21 de Abril de 2004 e ao Mali de 31 de Maio a 11 de Junho de 2004, com o objectivo de identificar e examinar juntamente com as respectivas autoridades medidas com vista a harmonizar a organização institucional da gestão da dívida com normas internacionais. Na sequência de discussões e da análise da legislação, apresentaram-se as seguintes recomendações às autoridades:

- Reforma do sistema legal e institucional de gestão da dívida, que deverá basear-se numa versão global e consistente da política de endividamento e contar com o apoio de mecanismos legais a nível administrativo macro e micro, em conformidade com a reforma dos sistemas de controlo e avaliação da política de endividamento;
- Reforço do sistema de coordenação da gestão da dívida pública com as outras políticas económicas, a par e em consistência com a reforma do supramencionado quadro legal e institucional de gestão da dívida. Este reforço dependerá em primeiro lugar de um consenso quanto ao objectivo de gestão da dívida com forma concreta dada por lei e em segundo lugar um consenso quanto aos objectivos de coordenação da gestão da dívida;
- Um programa de fortalecimento de capacidades baseado num sistema de informação fidedigno, a qualidade dos conhecimentos capazes de cobrir o objectivo de gestão da dívida operacional e a formação do comité nacional da dívida pública.

Chade: Uma missão conjunta DRI/Pôle-Dette visitou N'djamena de 10 a 18 de Maio de 2004 para assistir o Comité Nacional de Análise da Dívida (CONAD) e a Equipa Técnica de Análise da Sustentabilidade da Dívida, ambos estabelecidos em Março de 2004. Esta missão tinha por objectivo ajudar as autoridades chadianas a concluir o estabelecimento dos dois organismos, cujos mandatos são coordenar a gestão da dívida e analisar e fornecer assessoria a todas as propostas de contratos de empréstimos antes da assinatura dos mesmos. Durante a missão, ministrou-se formação aos membros de ambos os organismos nos diversos aspectos do exame de uma proposta de contrato de empréstimo e em certos aspectos técnicos da coordenação da gestão da dívida com políticas macroeconómicas.

Comores. A pedido do Governo, a DRI assistiu a Direcção Nacional da Dívida (NDD) na formulação das



Workshop Nacional da Guiana, da esquerda para a direita: Jaime Coronado Quintanilla, Coordenador do PFC PPME do CEMLA; S. Exa. Bharat Jagdeo, Presidente da Guiana; Donna Yearwood-Waldron, Chefe da Divisão de Gestão da Dívida, Ministério Guianês das Finanças; Juan Carlos Vilanova Pardo, Gestor de Programas da DRI

suas Leis da Dívida (procedimentos da dívida e comité nacional da dívida) assim como de um Manual de Procedimentos de Gestão da Dívida. Os quadros da NDD produziram versões preliminares de documentos sobre os quais a DRI apresentou comentários e a NDD está agora a ultimar os documentos. A NDD também enviou uma cópia electrónica da sua base de dados da dívida externa em Access, até à introdução de um sistema proprietário. A validação efectuada pela DRI mostra que este ainda não está concluído.

WORKSHOPS NACIONAIS

Etiópia: Workshop de Financiamento Pós-PPME.

Como parte da assistência intensiva do PFC à Etiópia, este workshop realizado em Adis Abeba de 24 de Maio a 4 de Junho, assistiu o Governo na preparação de uma estratégia actualizada de novo financiamento e estratégia da dívida, na sequência do ponto de culminação da Etiópia em Abril de 2004. Compareceram 28 participantes do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico, do Banco Nacional da Etiópia e de ministérios sectoriais chave. As Pessoas-Recurso incluíram peritos das regiões, do CEMLA, da DRI, do MEFMI e do WAIFEM. Os resultados mostram que mesmo após o topping up no seu ponto de culminação, o rácio VA/exportações da Etiópia será superior ao limiar de 150% para a próxima década. Presentemente o rácio novos donativos externos para empréstimos da Etiópia está projectado para ser de 65%:35%. Uma política de mobilização de mais donativos tornaria a dívida da Etiópia sustentável muito mais rapidamente. Durante o workshop os funcionários também analisaram as políticas e os procedimentos dos doadores e credores com o fim de identificarem as melhores fontes possíveis de novos recursos para apoiar as políticas do Governo de redução da pobreza e desenvolvimento económico e sublinharam a necessidade de se passar a apoio ao orçamento



Workshop Nacional da Mauritânia: de branco, Juan Carlos "ould" Aguilar Perales, Coordenador do Workshop (DRI)

harmonizado e de se afastar de projectos múltiplos.

Guiana: Workshop Nacional de Estratégia da Dívida e Novos Financiamentos. Este Workshop realizou-se em Georgetown de 19 a 29 de Abril de 2004 e ministrou formação a 32 funcionários do Governo na análise da estratégia da dívida e novos financiamentos. Os participantes eram provenientes de diversas instituições nacionais relacionadas com gestão da dívida e de novos financiamentos, macroeconomia e redução da pobreza. Entre as muitas recomendações e conclusões do workshop, podemos mencionar as seguintes:

- A sustentabilidade da dívida a longo prazo é muito sensível ao ambiente macroeconómico e a choques externos. A curto prazo, o resultado das negociações em curso com credores bilaterais é muito importante para a obtenção de alívio máximo após o ponto de culminação;
- É necessária uma política de novos financiamentos nova e pró-activa para financiar o défice financeiro, através da identificação de fontes de financiamento muito concessionais adequadas e do uso de procedimentos que sejam muito mais flexíveis que as práticas actuais;
- A impossibilidade de reter quadros qualificados nas unidades relacionadas com novos financiamentos causa atrasos na própria gestão de aspectos nesta área, debilidade que resultou numa falta de formulação de propostas e negociações em condições favoráveis;
- Existe uma necessidade de definir e implementar um quadro legal e institucional claro e exaustivo para a gestão da dívida e novos financiamentos.

Mauritânia: Workshop Pós-PPME e de Novos Financiamentos.

A Mauritânia alcançou o Ponto de Culminação PPME em Junho de 2002 e este segundo workshop nacional, realizado em Nouakchott de 4 a 14 de Abril, aumentou os conhecimentos dos funcionários em análise da estratégia da dívida, expondo-os pela primeira vez à análise da dívida interna e de novos financiamentos. Compareceram 37 participantes, incluindo 5 formadores nacionais, do Banco Central da Mauritânia, do Ministério das Finanças, do Ministério dos Assuntos Económicos e Desenvolvimento, do Centro Mauritano para Análise de Políticas, da Comissão para os Direitos Humanos, Redução da Pobreza e Integração Social e de outros ministérios sectoriais. Outras pessoas-recurso vieram da região do Pôle-Dette. O workshop testou muitos cenários, dos quais dois foram considerados muito representativos. Ao abrigo de todos os cenários, a dívida da Mauritânia é insustentável em termos de VA/receitas e VA/exportações durante vários anos devido à queda das taxas de desconto internacionais. Com um cenário realista, incluindo o impacto da não-participação por parte de alguns credores bilaterais não-Clube de Paris e menos financiamento em forma de donativos, a sustentabilidade só será conseguida em 2011. Ao abrigo de um cenário optimista, com tendências macroeconómicas mais optimistas para cumprir os ODMs, alívio de todos os credores não-Clube de Paris e donativos mais elevados, os rácios da dívida são sustentáveis a partir de 2005 para VA/receitas orçamentais e de 2008 para VA/exportações. O rácio de liquidez chave (serviço da dívida/receitas orçamentais) é sustentável ao abrigo de todos os cenários, mas muito próximo dos limiares estabelecidos. Como resultado, a Mauritânia precisa de

executar uma política de novos financiamentos com ênfase em donativos de ajuda a programas (incluindo doadores tradicionais adicionais) e créditos muito concessionais.

Niger: Workshop Pós-PPME e de Novos

Financiamentos. Este *workshop*, organizado em conjunto pelo Pôle-Dette e pela DRI, realizou-se em Niamey de 12 a 24 de Abril de 2004 e contou com a comparência de 36 funcionários nigerinos. O objectivo principal do *workshop* era ajudar as autoridades nigerinas a definir melhor uma estratégia formal de alívio da dívida sustentável. Para este efeito foram identificados os seguintes objectivos básicos: (i) melhoria da gestão da dívida pública através do fortalecimento do interface entre a dívida interna e a dívida externa, (ii) elaboração de políticas económicas e financeiras baseadas na sustentabilidade da dívida e das finanças públicas e (iii) estabelecimento de um mecanismo de coordenação para uma estratégia de alívio da dívida real e sustentável. As simulações de estratégias baseadas em todas as áreas cobertas pela sustentabilidade da dívida e das finanças públicas mostraram que para estabelecer uma estratégia de alívio da dívida sustentável e eficiente, o Niger deverá:

- obter uma redução da dívida adicional de todos os seus credores multilaterais e bilaterais. Os resultados mostraram que a dívida do Níger não seria sustentável no ponto de culminação sem a mobilização desta assistência adicional (ver nota abaixo);
- mobilizar recursos externos com vista a estabelecer um Fundo da Dívida Interna concebido para amortizar, a um custo mais baixo, a dívida vencida pelo sector privado nacional. Este Fundo deverá ser financiado por donativos e empréstimos muito concessionais do tipo AID. A sua implementação permitiria ao Governo nigerino renovar a sua credibilidade e posteriormente ganhar acesso aos mercados financeiros regionais;
- orientar a política de financiamento externo no sentido da mobilização de mais donativos que empréstimos para financiar o programa de redução da pobreza. Esta política deverá assentar numa estratégia que também envolva o uso de mecanismos de monitorização e exija a criação de um comité nacional da dívida pública para melhorar a coordenação entre todas as agências relacionadas com a gestão macroeconómica e da dívida do país;
- adoptar uma política de diversificação dos produtos de exportação para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e permitir-lhe gerar mais recursos para fortalecer e consolidar campanhas de redução da pobreza.

Nota: Desde este workshop, e conforme se informou na 19ª Edição, o Niger recebeu um topping up do alívio de US\$142m.

WORKSHOPS REGIONAIS

Workshop Regional de Estratégias de Novos

Financiamentos e Formação de Formadores. O MEFMI e a DRI realizaram um *workshop* regional em Lusaca, Zâmbia, que foi dividido em dois módulos: Estratégias de Novos Financiamentos de 14 a 19 de Junho e Formação de Formadores em Estratégias das Dívidas Externa e Interna de 21 a 30 de Junho.

O objectivo da parte de Estratégias de Novos

Financiamentos do *workshop* era formar os participantes na metodologia e nas ferramentas do PFC da estratégia de novos financiamentos para os PPMEs poderem consolidar a sustentabilidade da dívida após a Iniciativa PPME, incidindo em empréstimos e donativos necessários para financiar a redução da pobreza e o desenvolvimento económico, e identificando os doadores e credores que apoiam os objectivos das políticas do Governo. Os 25 participantes eram provenientes de quatro PPMEs do MEFMI (com observadores do Quénia). As principais conclusões foram que os países precisam de:

- Trocar informações sobre os termos e as condições negociados com os doadores e credores.
- Preparar compêndios das políticas e dos procedimentos dos doadores para assistir os funcionários públicos seniores aquando da mobilização de novos financiamentos.
- Melhorar de forma considerável os dados sobre a ajuda em forma de donativos para facilitar a análise.

O principal objectivo da parte de Formação de

Formadores do *workshop* era consolidar os conhecimentos de ministrar formação de formadores anteriores e potenciais em estratégia das dívidas externa e interna. Outros grupos técnicos não foram incluídos, visto que o MEFMI sente que a sua região detém os conhecimentos adequados de dados da dívida, macroeconomia e redução da pobreza. Dezassete participantes eram provenientes de quatro PPMEs do MEFMI e a formação incidiu na concepção de estratégias da dívida, no uso de Debt-Pro® e na interpretação de rácios de sustentabilidade. Durante o *workshop*, o MEFMI e a DRI aproveitaram a sua presença em Lusaca para se reunirem com o Director de Investimento e Gestão da Dívida no Ministério das Finanças e Planeamento Nacional para discutir a necessidade de actualizar a Estratégia da Dívida Nacional antes do Ponto de Culminação. Acordou-se em princípio que se formaria uma equipa central de funcionários zambianos que serão assistidos pelo PFC, para actualizar a ASD na preparação para o Ponto de Culminação.

ASSESSORES DA DÍVIDA

Burundi. A segunda missão do Projecto de Capacitação e Assessoria da Dívida realizou-se de 14 a 25 de Junho. Esta missão avaliou a gestão e a análise macroeconómicas – documentando fontes e pressupostos de dados; revendo o uso de projecções macroeconómicas e ministrando formação aos quadros em programação financeira e concepção de projecções de 20 anos; e avaliando o modelo macroeconómico actualmente em uso no Ministério do Plano. Uma sessão de formação em projecções macroeconómicas foi organizada para 15 funcionários, através de exercícios práticos com dados burundeses no modelo macro usado pelo PFC PPME.

A missão também participou num encontro do Comité Técnico de Gestão da Dívida (DMTC) para acompanhar as recomendações da missão conduzida no mês de Fevereiro transacto. Apresentou recomendações actualizadas para melhorar a coordenação da gestão da dívida tornando o DMTC mais pró-activo através de um programa de trabalho claramente definido, estabelecendo um grupo de trabalho macroeconómico,

e melhorando a coordenação de várias intervenções de capacitação por parte dos doadores. Também recomendou melhorias ao uso do sistema de gestão da dívida SIGADE da CNUCED e uma vasta gama de acções de formação em estratégia das dívidas externa e interna, e novos financiamentos para o DERP, antes do *Workshop* Nacional de Estratégia da Dívida marcado para fins de 2004.

ENCONTRO DO COMITÉ DIRECTIVO DO PFC PPME

O 14º Encontro do Comité Directivo do PFC PPME realizou-se em Acra (Gana) de 17 a 20 de Maio 2004. Para mais pormenores, ver artigo na página 2.

COLOCAÇÕES

No quadro do Programa de Formação Individual do Pôle-Dette, os Srs. Pierre Ndiaye e Babakar Fall do Senegal estiveram colocados na DRI de 24 de Maio a 2 de Junho para se desenvolverem nas suas respectivas áreas de especialização, nomeadamente 'Análise da sustentabilidade da dívida e desenvolvimento de estratégias de alívio da dívida' e 'Estratégia para a redução da pobreza e desenvolvimento humano sustentável'. Isto proporcionou-lhes uma oportunidade para pesquisarem os antecedentes de certos conceitos usados nas suas capacidades profissionais, para desenvolverem modelos ou matrizes úteis nos seus respectivos campos e também para considerarem mais minuciosamente um plano mais pormenorizado para os seus tópicos de pesquisa.

CONTACTOS

A DRI participou num encontro em Maputo de 22 a 23 de Abril, em que os Governos PALOP apresentaram uma proposta para um Instituto PALOP de Capacitação Macroeconómica e Financeira, e recebeu fortes promessas de apoio e financiamento das IFIs para um instituto que iniciará operações em 2005.

A DRI também apresentou constatações com base em pareceres de Governos PPMEs sobre alívio da dívida e o papel do FMI em países de baixos rendimentos em encontros realizados em Haia, Roterdão, Estocolmo e Londres.

FUTURAS ACTIVIDADES

programa de trabalho do PFC de Julho a Setembro de 2004 encontra-se resumido abaixo:

- Assessores da Dívida: missões ao Burundi, às Comores, à Guiné e ao Ruanda; início do programa de assistência intensiva a Moçambique;
- Missões preparatórias da Análise da Estratégia da Dívida a Angola e ao Malawi;
- Missões de Gestão Institucional à República Centro-Africana, a São Tomé e Príncipe e ao Togo;
- Workshops Nacionais: Workshop de Estratégia da Dívida do Malawi, Workshop de ASD e Novos Financiamentos Pós-PPME do Senegal, Workshop de Estratégia de Novos Financiamentos do Uganda;
- Workshops Regionais: CEMLA: Workshop de Novos Financiamentos, PALOP: Formação de Formadores, WAIFEM: Formação de Formadores;
- Seminário de Sensibilização para a Mauritânia;
- Colocações: das regiões do Pôle-Dette e do MEFMI para a DRI; da região do CEMLA para o Banco Mundial (Washington, DC), as sedes do Governo colombiano e do CEMLA.

CAPITAIS PRIVADOS ESTRANGEIROS: ACTUALIZAÇÃO DO PFC CPE

No segundo trimestre de 2004, a Bolívia, o Quênia, a Trindade e Tobago e o Uganda iniciaram novos ciclos, o Malawi e a Tanzânia finalizaram os seus ciclos actuais, e seis outros países ultimaram as suas propostas para participação. O PFC CPE operou avanços significativos na sua metodologia e conduziu uma segunda ronda de avaliações de capacidades.

PROGRESSOS DOS PAÍSES

A Bolívia apresentou a sua avaliação de capacidade por referência à DFI e ao CEMLA. O país está a preparar-se para o seu *workshop* de abertura de sensibilização e formação, marcado para seguir o referendo que se aproxima. Entretanto, continua com o seu sistema de recolha trimestral de dados para assegurar uma série temporal completa aquando da introdução da metodologia revista.

A Gâmbia ultimou a sua proposta para voltar a aderir ao PFC CPE e está a negociar financiamento com os doadores e entre as instituições governamentais.

O Gana reorganizou o seu Grupo de Trabalho Nacional, apresentou a sua ante-proposta a um grande grupo de doadores e está a incorporar os comentários destes para finalizar o financiamento no terceiro trimestre.

O Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia estão a preparar uma proposta para uma adesão conjunta como parte da Área Monetária Comum da África Austral com apoio do MEFMI e da DFI.

O Malawi assegurou financiamento local para futuros inquéritos por amostragem (2º ciclo ao abrigo da fase II), antes do lançamento dos inquéritos no terceiro trimestre.

O Quênia continua a efectuar o trabalho preparatório para aderir ao programa, enquanto o Plano Estratégico de Estatística está a ser ultimado na esteira da mudança de Governo e quadros nas instituições principais.

A Tanzânia está a finalizar o seu primeiro ciclo ao abrigo da Fase II. O MEFMI/a DFI conduziram uma missão no mês de Abril para apoiar os tanzanianos ministrando formação em análise avançada e redacção de relatórios. A Tanzânia está a fornecer mais fundos para o 2º ciclo (inquéritos por amostragem) e a mobilizar financiamento dos doadores para custos internacionais.

A Trindade e Tobago solicitou uma missão durante o terceiro trimestre, para formação dos quadros em



Uganda: Seminário de Abertura de Sensibilização e Formação

análise avançada e actualização da metodologia de inquéritos.

O Uganda ultimou o seu relatório analítico do 1º ciclo da fase II, e uma missão da DFI/do MEFMI no mês de Maio assistiu no lançamento do 2º ciclo, através de eventos de sensibilização e formação geridos de um modo geral por nacionais. As instituições do Grupo de Trabalho comprometeram-se a financiar 100% das despesas locais e estão a abordar os doadores no sentido de estes financiarem os custos externos.

A Zâmbia preparou a sua proposta para a fase II e identificou doadores locais para financiarem o exercício. A equipa aspira a voltar a aderir ao PFC CPE no terceiro trimestre.

OUTRAS ACTIVIDADES

Os parceiros concluíram a segunda ronda de avaliações da capacidade dos países (ver página 14). O PFC CPE avançou rapidamente com manuais, incluindo:

- um manual do grupo de trabalho nacional para assistir na gestão de dados e projectos;
- a actualização do manual de recenseadores para funcionários no campo;
- a revisão do manual de abertura de sensibilização e formação;
- a criação de um manual de gestores de projectos para formar parceiros e consultores regionais em aspectos de gestão e técnicos do PFC CPE;
- a ultimação de um rascunho do manual de software para ser testado pelos países;
- manuais de procedimentos financeiros e administrativos.

Foi desenvolvida uma nova metodologia de melhores práticas, incluindo:

- a concepção de registos e amostras dos investidores (ver página 15);
- listas de controlo de fontes de dados não-inquérito;
- directivas para a redacção de relatórios analíticos;
- ferramentas de *software* para verificar bases de dados e melhorar o resultado analítico.

Os novos produtos de informação incluíram:

- um manual revisto de abertura de sensibilização e formação descarregado no *website*;

- *listserves* mensais para informar membros de grupos de trabalho sobre os desenvolvimentos mais recentes;
- 25 novos membros das páginas do *website* só membros; 4.354 visitas por mês ao *website* e mais de 250 utilizadores das páginas do CPE do último Boletim Informativo.

O terceiro encontro do Comité Consultivo realizou-se em Acra (ver caixa).

ENCONTRO DO COMITÉ CONSULTIVO DO PFC CPE ACRA, 20 DE MAIO DE 2004

WAIFEM acolheu o terceiro Comité Consultivo do PFC CPE, no qual:

- os parceiros se comprometeram a assegurar a sustentabilidade financeira do PFC;
- o BCEAO e a DFI acordaram arranjos para o próximo *Workshop* Regional Francófono;
- o CEMLA e a DFI assinaram o seu Memorando de Entendimento e discutiram o seu *Workshop* Regional previsto para o 4º trimestre e os seus respectivos papéis institucionais;
- os parceiros se comprometeram a conceber indicadores pormenorizados para a descentralização;
- os representantes dos países e os parceiros regionais realçaram as suas prioridades e expectativas no PFC CPE, no contexto das avaliações de capacidade;
- os parceiros também reviram os progressos operados nos programas da Bolívia, do Gana e da Tanzânia.

FUTURO PROGRAMA DE TRABALHO

Durante os meses de Julho a Setembro, o PFC CPE:

- lançará o segundo ciclo de projectos ao abrigo da Fase II no Malawi e na Tanzânia;
- ançará o primeiro ciclo de projectos na Bolívia, no Gana e no Quênia;
- enviará uma missão de acompanhamento a Trindade e Tobago;
- conduzirá o *Workshop* Regional Francófono com o BCEAO;
- conduzirá um *Workshop* Nacional para a Bolívia com o CEMLA;
- planeará o *Workshop* Regional do CEMLA;
- produzirá duas publicações;
- ultimarà manuais de recenseadores revistos;
- aumentará a transferência de responsabilidades para os parceiros e os países em eventos.

A CAPACIDADE DE CPE DOS PAÍSES AVANÇA

Os parceiros implementaram a segunda avaliação do PFC CPE da capacidade dos países (ACP) de Fevereiro a Abril de 2004 para actualizar conforme os progressos operados desde Outubro de 2003 (ver o Boletim nº18 para os primeiros resultados), incluindo a primeira avaliação para a Bolívia.

RESUMO DAS AUTO-AVALIAÇÕES DOS PAÍSES

Os resultados são apresentados na tabela 1, baseados nas classificações entre 1 (muito mau) e 5 (normas internacionais). Incluem sete países¹ no início (1999, a data da primeira missão do PFC CPE) e Outubro de 2003, mais a Bolívia em Maio de 2004.

Conforme reportado na 18ª edição, até Outubro de 2003 operaram-se progressos dramáticos em áreas básicas que os países identificaram como prioridades iniciais, especificamente o empreendimento de inquéritos de capitais privados estrangeiros, o registo e a compilação de resultados, e a análise básica de resultados. Os países também tinham melhorado de forma considerável os seus resultados em aspectos institucionais (áreas I-III), a sua observância de códigos e normas internacionais, uma análise mais avançada de resultados, e a sua prioridade e transparência políticas. Áreas em atraso eram os métodos não-inquérito e a concepção de estratégias de desenvolvimento do sector privado. A capacidade global progrediu em **0.98**, alcançando **2.83**.

Desde Outubro de 2003, os atrasos na mobilização de fundos para projectos de acompanhamento impediram três países de melhorar os seus resultados, abrاندando o ritmo de avanço. Por isso, a média aumentou em

apenas **0.09** para **2.92**, devido a progressos no Malawi, na Tanzânia, na Trindade e Tobago e no Uganda.

A maior parte dos progressos operou-se:

- *Na Observância de Códigos e Normas Internacionais:* à medida que os países foram ganhando mais conhecimentos e experiência, foram todos avançando ou aproximando-se das normas do BPM5 e foram usando cada vez mais os resultados dos inquéritos do CPE para todos os dados da BP e da PII.
- *No Registo e na Compilação:* à medida que os países usam e compreendem o *software* do CPE, tornam as suas bases de dados mais exactas e incluem dados da Percepção dos Investidores e da PII. No entanto, os países precisam de se concentrar em registos e outros manuais técnicos.
- *Nos Recursos Humanos:* os países melhoraram as descrições de atribuições e o número de quadros, e a proeminência política dos resultados do CPE aumentaram a motivação à medida que os quadros foram apreciando a sua contribuição para o desenvolvimento nacional. A maior parte dos GTNs, porém, precisa ainda de funcionários adicionais para executar a carga de trabalho do CPE e de uma melhor monitorização do plano de trabalho.

Pelo contrário, o menor grau de progressos operou-se:

- *Na Concepção de uma Estratégia de Financiamento para o Desenvolvimento:* o PFC só está a fazer progressos na metodologia nesta área, tendo-se concentrado noutras áreas mais básicas.
- *No Empreendimento de Inquéritos:* Embora os resultados se mantenham altos nesta área, os países precisam de se concentrar na melhoria da

abrangência, fidedignidade e intemporalidade dos dados.

- *Na Transparência e Avaliação:* Os Governos precisam de interagir mais com o sector privado e a sociedade civil no que respeita a constatações e usar as constatações analíticas para operar mudanças nas políticas.

PERSPECTIVAS

Com base nas constatações acima, os parceiros de implementação continuam confiantes que os objectivos do programa conforme o MQL serão cumpridos, com pelo menos dois países a avançar para o Grupo A aquando da próxima avaliação em Outubro de 2004.

Para assegurar isto, o CPE precisa de:

- Concluir todos os desenvolvimentos na metodologia até finais de 2004.
- Conduzir MAPs e eventos de formação no 1ºT de cada ano, e workshops de encerramento até ao 3ºT, para aumentar a intemporalidade dos dados.
- Organizar workshops regionais com o BCEAO (para toda a Zona do Franco CFAF, 3ºT de 2004) e o CEMLA (4ºT de 2004) para explorar as perspectivas de prolongar o programa.
- Realizar o workshop de Formação de Formadores em meados de 2005 para aprofundar a capacidade de formação.
- Acelerar a transferência para os ORs através de formação em serviço em missões e workshops.
- Defender o uso das constatações do programa durante missões, fóruns executivos, eventos regionais e encontros internacionais.

1. *Gâmbia, Gana, Malawi, Tanzânia, Trindade e Tobago, Uganda e Zâmbia.*

Tabela 1 – ACPs CPE por Área de Avaliação: 1999, Outubro de 2003 e Maio de 2004

Área de Avaliação	Classificação			Progress desde Out. de 2003
	1999	Outubro de 2003	Maio de 2004	
I. Enquadramento legal e institucional	2.2	2.9	3.0	0.06
II. Recursos humanos	2.2	3.1	3.2	0.16
III. Gestão, supervisão e ambiente de trabalho	2.1	3.1	3.2	0.13
IV. Empreendimento de inquéritos	1.8	3.4	3.4	0.01
V. Métodos não-inquérito de prestação de contas	1.5	2.1	2.2	0.06
VI. Registo e compilação	1.8	3.2	3.3	0.18
VII. Observância de códigos e normas internacionais	2.0	3.0	3.3	0.26
VIII. Análise básica de capitais privados estrangeiros	1.6	3.1	3.2	0.09
IX. Análise avançada de capitais privados estrangeiros e da responsabilidade social das empresas	1.3	2.3	2.4	0.07
X. Concepção da estratégia de financiamento do desenvolvimento	2.0	2.4	2.4	-0.07
XI. Prioridade política e liderança	1.6	2.5	2.5	0.07
XII. Transparência, avaliação e controlo	2.2	3.0	3.0	0.01
Média Global	1.85	2.83	2.92	0.09

UGANDA: UM ÓPTIMO DESTINO DO INVESTIMENTO EM ÁFRICA

Atraídos pelo ambiente político estável e forte desempenho económico registados na última década no Uganda, os investimentos estrangeiros continuam a afluir ao país. O Banco do Uganda, a Agência de Estatística, a Autoridade para o Investimento e a Fundação do Sector Privado operam há 3 anos com a DFI e o MEFMI para monitorizá-los com maior exactidão e informar os decisores das implicações para as políticas. Os resultados de inquéritos mais recentes confirmam que o Uganda é agora o 11º mais elevado destino do investimento em África. Além disso, um doador internacional usou recentemente os resultados para prometer 45 milhões ao Uganda durante os próximos 3 anos.

STOCKS E FLUXOS GLOBAIS

A estrutura da balança de pagamentos do Uganda é relativamente estável, visto que a maior parte dos seus passivos externos são em investimentos a longo prazo, nomeadamente IDE que é predominantemente financiado por capital social. No entanto, apesar de uma conta financeira liberalizada, os seus activos estrangeiros são de apenas 0.6% do PIB porque os residentes carecem de informações sobre oportunidades de investimento estrangeiro.

O total dos passivos externos do Uganda cresceu vertiginosamente em 16.7% em 2001, para US\$1.1 mil milhões ou 20.9% do PIB (ver Tabela 1). A maior parte deste crescimento adveio de um valor de mercado mais elevado do IDE existente, mas novas entradas também perfizeram 1.5% do PIB.

A dívida externa do sector privado manteve-se relativamente pequena, em cerca de 7.5% do PIB, devido a amortizações da dívida durante um ano lucrativo que viu a economia real crescer em quase 6%. Era a longo prazo e incluía sobretudo endividamento relacionado entre as subsidiárias e as suas empresas-mãe e também alguns créditos comerciais. Contudo, o Grupo de Trabalho do Uganda exortou o sector privado a melhorar a prestação de contas das dívidas a curto prazo, visto que comparado com os registos bancários, esta era de um modo geral reportada por defeito.

COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

- A continuação da privatização das telecomunicações e de sectores lucrativos, tais como o comércio por grosso e a retalho, as finanças e os transportes, atraiu a maior parte do novo IDE.
- O investimento proveio principalmente do Canadá, da Etiópia e dos EUA. Embora o Reino Unido continue a ser o maior investidor, a diversificação dos países de origem é sublinhada por África (com o Quênia, as Maurícias e a Etiópia à frente) aumentando a sua parcela de um quinto para um quarto. Motivo de preocupação são, no entanto,

grandes investimentos de paraísos fiscais tais como as Bermudas (possivelmente devido a algumas viagens a esses países por parte de residentes ugandeses) e pequenos investimentos da Tanzânia (apesar dos esforços da Comunidade da África Oriental de promoção do investimento sub-regional).

- A região central tem historicamente recebido a maior parte (91.7%) do stock total dos investimentos, parecendo registar-se um sub-investimento na região oriental (a 8%) e na região ocidental (a menos de 1%).
- Embora as constatações da percepção dos investidores indiquem que o ambiente nacional geral em 2003 foi conducente ao investimento, identificou-se uma série de constrangimentos, nomeadamente custos de produção elevados, procura de mercado baixa, contrabando e corrupção, flutuação de poderes e o custo elevado do endividamento interno.
- Além disso, os inquiridos mostraram a sua confiança na economia ugandesa indicando que mais de 70% dos investidores existentes querem alargar o volume de negócios e os lucros a médio prazo.

RENDIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Tal como noutros países de baixos rendimentos, a rentabilidade dos investimentos do capital próprio foi mais elevada (a 10.6%) do que os custos da dívida (variando entre 7% e 9%). As escolhas sectoriais de financiamento entre capital e dívida têm consequentemente de ponderar vencimentos de capital a longo prazo com custos mais elevados face a dívida proveniente de três fontes possíveis – interna (com taxas de juro elevadas e falta de disponibilidade), endividamento externo inter-empresas relacionado (com alta flexibilidade das datas de amortização e custos baixos) e

endividamento externo não relacionado (datas de amortização mais fixas, custos elevados e flutuações na taxa de câmbio). Contrariamente à exposição da dívida sectorial da Zâmbia (ver 19ª Edição), apenas a agricultura tinha mais dívida que capital no Uganda. O sector fabril tinha uma estrutura dívida-capital equilibrada.

IMPLICAÇÕES

- O financiamento privado do Uganda afigura-se relativamente estável, mas melhores dados da dívida a curto prazo poderão aumentar de forma significativa a dívida do sector privado.
- A Autoridade de Investimento deverá incidir mais no sentido de atrair mais capital de países de origem do investimento não-tradicionais, especialmente em África, e operar com a Comunidade da África Oriental para promover o investimento da Tanzânia.
- As autoridades deverão fomentar um desenvolvimento mais equilibrado a nível regional para a redução da pobreza nacional em regiões não-centrais.
- O Governo deverá investigar de que forma se pode diversificar o investimento por grosso, a retalho, catering e alojamento, finanças, seguro e imóveis.
- Futuros inquéritos deverão continuar a investigar a dívida do sector privado por sector. A agricultura afigurou-se vulnerável à exposição a uma dívida elevada, devido a perdas em muitas empresas.
- Deverá dedicar-se atenção aos constrangimentos identificados da percepção dos investidores – nomeadamente infra-estruturas, finanças, e contrabando.
- As autoridades deverão prestar mais informações sobre os instrumentos aos residentes ugandeses que queiram investir no estrangeiro.

Tabela 1 – Passivos e Activos Externos do Sector Privado do Uganda, 2000-2001 (em US\$ m)

	Fins de 2000	Transacções Líquidas	Fins-2001	Rendimento	Custos Retornos Implícitos
Total dos Passivos Estrangeiros	944.3	79.7	1,101.6	-87.9	8.6%
dos quais: a longo prazo	906.9	64.1	1,060.4	-85.8	8.7%
Investimento Directo	807.0	72.9	962.3	-77.6	8.8%
Capital Social a Valores de Mercado	539.9	78.5	700.3	-65.9	10.6%
Endividamento Inter-Empresas	267.1	-5.6	262.0	-11.7	4.4%
Investimento no Portfolio	6.5	0.0	7.3	-0.8	11.6%
Outros Investimentos	130.8	6.8	132.0	-9.5	7.2%
Empréstimos	6.6	9.1	16.7	-1.0	8.6%
Créditos Comerciais	124.2	-2.3	115.3	-8.5	7.1%
Total dos Activos Estrangeiros	35.3	-2.7	32.9	0.0	0.0%
dos quais: a curto prazo	33.7	-3.3	30.6	0.1	0.3%
Como % do PIB					
Total dos Passivos Estrangeiros	18.1%	1.5%	20.9%	-1.7%	N/D
IDE Total	15.4%	1.4%	18.3%	-1.5%	N/D
DESP Total	7.6%	0.0%	7.5%	-0.4%	N/D
Total dos Activos Estrangeiros	0.7%	-0.1%	0.6%	0.0%	N/D

Fonte: Uganda Inquérito aos CPEs 2000/1

CAPITAIS PRIVADOS ESTRANGEIROS: PERGUNTAS FREQUENTES

COMO COLHEM OS PAÍSES AMOSTRAS DE EMPRESAS DE APES?

O Boletim nº19 descreveu métodos para criar registos de investidores. Uma vez que os países tenham conseguido um registo fidedigno (após um ou dois inquéritos por referência), não deverão continuar a estudar todas as empresas no registo anualmente – mas passar para uma amostra representativa. Este artigo explica a metodologia por amostragem do PFC CPE, que incorpora melhores práticas internacionais.

PASSO 1: DEFININDO O TAMANHO DA AMOSTRA

A maioria dos países no PFC tem um registo em que figuram entre 500 e 2.000 empresas. O tamanho da amostra escolhida deste registo deverá depender das características em que estes se quiserem concentrar. Conforme os manuais de estatística, é provável que uma amostra seja representativa (tenha uma 'distribuição normal') se o tamanho da amostra for suficientemente grande – i.e. pelo menos 20 a 30 observações para representar cada categoria usada para definir a amostra. Isto permitiria pressupor que os resultados da amostra representam as características do registo de investidores (que, se forem bem mantidos, serão em si um bom representante de toda a população de investidores). Na prática, porém, isto não vale muito como regra porque não é possível saber antes de um exame pormenorizado que tamanho da amostra terá estas características.

Para além de assegurar uma 'distribuição normal', os países precisam de tomar em conta outros factores tais como a disponibilidade do tempo dos quadros para trabalho de campo, intemporalidade dos dados desejada e possíveis ganhos em termos de eficiência. Por exemplo, se um inquérito anual exaustivo de um registo de 1.200 empresas levar 20 quadros doze semanas, isto implica 1 quadro dia por empresa (partindo do princípio que o trabalho de campo não é combinado com correio e correio electrónico). Se o complemento normal de quadros for de apenas 10, o país precisa de

reduzir a metade o número de empresas estudadas. Se desejar passar a inquéritos semestrais e o máximo de tempo que o trabalho de campo levar para cumprir datas-limite semestrais forem quatro semanas, precisa de dividir o número de empresas por três. Por isso, só tem um sexto (16.6%) do tempo dos quadros do ano anterior disponível, e seria imprudente ter uma amostra maior do que 400 empresas ou 33.3% do registo (permitindo ganhos em termos de eficiência). Estes factores tendem a significar que os países com registos maiores colhem uma percentagem de amostras menor do total.

Os países também querem maximizar a cobertura dos dados da BP incidindo nas maiores empresas. Como resultado, no exemplo acima, seria melhor começar por estabelecer um limiar, usando fluxos ou stocks do IDE ou uma combinação dos dois, que irá cobrir as 400 (33.3%) maiores empresas.

PASSO 2: ASSEGURANDO UMA AMOSTRA ROBUSTA COM UM FILTRO

O passo seguinte é examinar o grupo de maiores empresas para ver se estas são estatisticamente robustas. A Tabela 1 mostra o processo de escolha de uma amostra, para um país que decidiu que o tamanho dos APEs é muito vital, mas que quer ser estatisticamente robusto e razoavelmente representativo a nível sectorial.

A coluna 2 mostra os números de empresas em cada sector no registo de investidores de, por exemplo, tamanho 1.000. A coluna 3 mostra a desagregação das 200 empresas máximas por sector. É óbvio que isto não dará resultados robustos para os sectores agrícola, do comércio ou mineiro porque estes têm menos de 30 observações. Como tornar a amostra mais robusta? Para isso é necessário incluir pelo menos 30 empresas agrícolas, mineiras e comerciais na amostra. Porém, visto que só existem 20 empresas mineiras, só terá de incluir todas as empresas mineiras. Restam-lhe agora 120 empresas para escolher, visto que 80 já foram usadas nos três pequenos sectores. Para distribuí-las por sector, poderá calcular a

percentagem que cada sector restante representa do total dos três sectores restantes no máximo de 200, e a seguir multiplicá-la pelo número de empresas que resta distribuir. Contudo, embora isto lhe permita ter uma amostra estatisticamente robusta, ainda sacrifica a representação da desagregação sectorial dentro do máximo de 200 porque os sectores fabril, dos serviços e do turismo recebem uma parcela mais baixa. Como resultado, o método preferido é a Amostra 1a, em que se retêm todas as empresas no máximo 200, mas acrescentam-se empresas para tornar os três pequenos sectores mais robustos, perfazendo o total de amostras 250.

PASSO 3: UMA AMOSTRA ROBUSTA COM FILTROS MÚLTIPLOS

O caso acima pode ser complicado através do acréscimo de mais 'filtros'. Por outras palavras, o país poderá decidir que quer ser robusto na análise da região que recebe o investimento, do país origem do investimento ou do tipo de financiamento usado por uma empresa (por exemplo, capital ou dívida). Conforme discutido no Boletim nº19, o número e tipo de filtros variariam por país, dependendo da sua disponibilidade e qualidade. Os princípios seriam os mesmos, mas seria necessário efectuar mais cálculos para assegurar a robustez da amostra para as outras características, tendo 30 ou o número máximo de empresas disponíveis para cada região, país de origem ou tipo de financiamento, ou aumentando o tamanho da amostra para assegurar isto.

A abordagem acima também tem a vantagem de tentar assegurar um número suficiente de empresas em cada classificação para evitar potenciais quebras de confidencialidade, devido à obtenção de apenas os dados de algumas empresas. A recolha de amostras também tem de dar conta de revisões ao registo, factoring em novas empresas ou a eliminação de não-existentes. Os países também poderão desejar incluir na amostra empresas, em que tenham dúvidas sobre a qualidade dos dados fornecidos no inquérito exaustivo, e assegurar que os dados fornecidos à amostra sejam de qualidade mais alta.

Uma vez que os dados tenham sido colhidos, é necessária uma sobrevalorização (um aumento) para a não-resposta (para representar a amostra total de 250); e para a amostragem (para representar o total de 1.000 empresas no registo). O Boletim nº 21 explicará como fazer isto.

Tabela 1 – Amostragem Robusta

Sectores	Registo de Investidores	Amostra 1: Máx. 200	Amostra 1a: Máx. 200 Ajustado
Fabril	300	55	55
Comércio	200	10	30
Mineiro	20	15	20
Agrícola	40	5	30
Serviços	240	55	55
Turismo	200	60	60
Total	1,000	200	250

PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE ALÍVIO DA DÍVIDA

COMO VERIFICAR O VA DOS SEUS NÚMEROS DA DÍVIDA NA SUA BASE DE DADOS EM DEBT-PRO®?

Depois de preparar uma base de dados em Debt-Pro®, é importante verificar o stock da dívida e o VA dos números da dívida, por categoria de credor e numa base de credor por credor para o ano-base, quer com o resultado da sua base de dados nacional quer com as tabelas de dados contidas no seu documento preliminar, do ponto de decisão ou de culminação PPME. Este último é importante, se está a planear reproduzir a análise PPME das IBWs no ponto de decisão ou de culminação.

Para verificar a sua base de dados em Debt-Pro®, terá de criar um cenário (que pode ser em branco, ou seja sem pressupostos de reorganização da dívida ou de novos financiamentos) e importar a sua base de dados. Depois de ter importado a sua base

de dados, prossiga directamente para Relatórios (Reports) e execute o Relatório de Resumo (Summary Report), sem calcular. Se executar um relatório em Debt-Pro® sem calcular, os números no relatório reflectem o estatuto da sua dívida existente conforme registada na base de dados em Debt-Pro®. Pode usar o Relatório de Resumo para verificar o stock da dívida nominal e o VA dos números da dívida por categoria de credor e para os seus credores-chave.

Para verificar o VA nominal e/ou o VA da dívida numa base de credor por credor, execute o Relatório de Pormenores (Details Report) em Debt-Pro® e verifique os números para o ano-base com os números que figuram nos seus documentos PPME. Os números a verificar são apenas os do ano-base, por isso ignore todos os dados projectados.

Se houver diferenças nos dados, estas podem surgir pelas seguintes razões:

- para o VA da dívida, as TJCRs e as taxas de câmbio introduzidas na Folha de Referência (Reference Sheet) são diferentes das que figuram no seu documento PPME;
- nem todos os empréstimos foram introduzidos numa das bases de dados;
- as projecções dos pagamentos de capital e juro diferem entre as duas bases de dados. Isto pode surgir se não se tiverem incluído desembolsos recentes;
- a codificação incorrecta de um credor como bilateral, em vez de comercial por exemplo, pode causar diferenças nos dados por categoria de credor;
- a codificação incorrecta de um devedor que não seja o Governo (GV) pode conduzir a diferenças por devedor.

Adicionalidade da iniciativa ppme para a Bolívia (continuação da página 6)

período pré-PPME (assistência concessional excluída de PPME).

Em vista do estado da economia boliviana, US\$14 milhões anuais de adicionalidade não parecem suficientes para combater a pobreza com eficácia. Para empreender uma análise mais adequada da adicionalidade, tomando em conta o tamanho da economia boliviana, a assistência concessional externa é vista em termos do PIB na tabela abaixo.

A Tabela 2 mostra que não houve uma adicionalidade PPME em termos do PIB. A assistência concessional anual média no período

pré-PPME atingiu 8.4% do PIB, ao passo que no período PPME apenas ascendeu apenas a 6.8% do PIB. Este facto significaria que a **assistência concessional anual média no período PPME caiu em aproximadamente 1.6% do PIB em comparação com o período pré-PPME.**

CONCLUSÃO

Em vista do exposto acima, pode-se concluir **que a Bolívia recebeu menos assistência concessional no período PPME (incluindo alívio PPME) do que no período não-PPME em termos da percentagem do PIB.**

Esta situação gerou pressões adicionais ao sector fiscal, que dada a sua grave debilidade e dado o compromisso de fazer face aos custos de redução da pobreza, foi forçado a recorrer ao endividamento interno e também a contenções de outras despesas que também eram necessárias. Esta situação também contribuiu para um atraso nos esforços para reduzir a pobreza, porque, por exemplo, foi necessário enfrentar problemas de financiamento de contrapartes para implementar projectos e mobilizar investimento público. Os fluxos concessionais deverão ser aumentados nos próximos anos, apoiando deste modo com eficácia as actividades de redução da pobreza.

A qualidade do financiamento dos doadores – pareceres dos PPMES (continuação da página 7)

de desembolsos e compras também são muito complicados (ver gráfico 2). A falta de coordenação aplica-se a todas as fontes de financiamento. Para os credores bilaterais, os aspectos de compras, especialmente a ligação dos recursos a compras nos países doadores/credores, e os métodos de desembolso são problemáticos, enquanto que para os credores multilaterais, são os atrasos emergentes dos procedimentos de desembolso e das condições precedentes que constituem um problema.

Os resultados da metodologia do PFC até à data são um complemento aos do Inquérito de Avaliação de Necessidades empreendido pelo CAD da OCDE, incluídos no seu relatório sobre Harmonising Donors Practices for Effective Aid

Delivery (Harmonização das Práticas dos Doadores para uma Entrega Eficaz da Ajuda), que observa que os factores classificados como os mais onerosos para a entrega eficaz da ajuda são as prioridades e os sistemas dirigidos pelos doadores, as dificuldades enfrentadas nos procedimentos dos doadores e nas práticas não coordenadas dos doadores. Também reforça as constatações dos esforços do Programa Especial de Assistência quanto à harmonização dos doadores. Contudo, estes resultados fornecem uma análise muito mais pormenorizada dos casos exactos em que a comunidade internacional fica aquém dos seus compromissos face a melhorar não apenas a quantidade mas também a qualidade da ajuda.

Alguns PPMES já começaram a dar passos para

melhorar a entrega dos fluxos da ajuda, muito especificamente o Uganda, com os seus princípios de parceria previstos no PEAP, o Grupo de Monitorização Independente da Tanzânia e o ME da Zâmbia sobre Coordenação e Harmonização. Vários outros já conseguiram dar passos importantes em frente no sentido da coordenação do apoio ao orçamento por parte dos doadores através de acordos de multidoadores. No entanto, o sistema do PFC fornece um sistema muito mais abrangente e objectivo para monitorizar progressos. Por isso, os países estão a juntar isto à análise dos seus próprios fracassos nas políticas e nos procedimentos dos Governos para conceber 'matrizes de parceria' para assegurar uma absorção mais rápida e de mais alta qualidade da ajuda para financiar os ODMs.